

Após aprovação de texto-base, votação de PEC é suspensa

Congresso Proposta permite mais gastos em 2023 com revisão de meta fiscal

Impositividade de emendas do relator cai e LDO é aprovada

Renan Truffi e Vandson Lima
De Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. A votação aconteceu mesmo após reação de partidos do Centro, que demonstraram insatisfação com retirada do texto final do artigo que tornaria impositivo — ou seja, obrigatório — o pagamento das emendas de relator.

Se, por um lado, a impositividade foi barrada, por outro, os deputados e senadores aprovaram um projeto de lei (PLN) que reforça o caráter "secreto" dessas emendas, permitindo seu remanejamento de RP9 para despesas discricionárias do governo (RP2), escondendo o nome do parlamentar responsável por essa indicação.

Atualmente, a impositividade existe apenas para as emendas individuais e de bancadas estaduais. No caso das RP9, essa obrigatoriedade está prevista na Constituição, mas não constava da versão da LDO enviada pelo governo.

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou que tenha passado a defender o fim da impositividade para as emendas de relator depois que foi acusado de utilizar esse mecanismo para garantir sua eleição para o cargo.

A acusação foi feita pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), relator da LDO. Ele disse, ao jornal O Estado de S. Paulo, que recebeu uma compensação em emendas de relator por ter ajudado a eleger Pacheco para o cargo.

"Há bastante tempo, houve a



Rodrigo Pacheco: presidente do Senado negou que tenha mudado de posição em relação às emendas de relator

posição minha contrária à impositividade. Isso antecede a qualquer tipo de discussão que houve nesse episódio do senador Marcos do Val", disse Pacheco.

Uma mudança controversa trazida pelo relator da LDO, senador Marcos do Val (Podemos-ES), e que foi aprovada sugere dividir o poder do relator do Orçamento, que será o senador Marcelo Castro (MDB-PT), e do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado federal Célio Sabino (União Brasil-PA), que terá de ser consultado sobre a distribuição do dinheiro. Como Sabino terá de disputar a reeleição, Do Val incluiu a previsão de que, caso o parlamentar não seja eleito, esse poder fique com um de-

putado do mesmo partido de Sabino, o União Brasil, e não com o futuro presidente da comissão no próximo ano.

O "orçamento secreto" virou o principal instrumento do Congresso para destinar recursos para suas bases eleitorais e fez com que o governo Bolsonaro ampliasse sua base aliada no Legislativo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas à sucessão presidencial promete acabar com o mecanismo se for eleito.

No parecer, Do Val também abriu espaço para mais gastos no próximo ano dizendo que as projeções utilizadas pelo governo federal para a inflação são constantemente menores do que a veri-

ficação oficial. Essa decisão, explicou o relator no parecer, implicará também uma revisão da meta fiscal de 2023, ajustada proporcionalmente à revisão do espaço do teto de gastos.

O relator proibiu ainda o confinamento de verbas de 19 setores, o que dificultará o remanejamento pelo governo. Entre as atividades que não poderão ter as verbas cortadas estão educação, ciência e tecnologia, esporte, defesa da criança e do idoso, demarcação de terras indígenas, segurança pública, Forças Armadas, seguro rural, saúde animal, infraestrutura, saneamento, monitoramento de mudanças climáticas e combate à pandemia da covid-19.

Verba para ciência e tecnologia é preservada

De Brasília

Na sessão conjunta do Congresso Nacional, deputados e senadores aprovaram o PLN 17, que visa alterar os procedimentos relacionados à execução de restos a pagar não processados. A mobilização da oposição e de entidades da indústria, contudo, impôs uma derrota ao governo ao aprovar destaque que excluiu do texto dispositivo que permitia a transferência de dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para outras despesas.

Os governistas, contudo, conseguiram passar uma mudança controversa, para seja permitida a doação de bens, valores ou benefícios para entidades privadas ou públicas, inclusive dentro do período restrito pela legislação eleitoral, desde que as doações representem encargo para o doador. Parlamentares de PT e Novo consideraram a alteração, em especial a possibilidade de doações a entidades privadas, uma burla à lei eleitoral.

O FNDCT é a principal fonte de financiamento à inovação do país e a mudança era um dos principais objetivos do governo com a proposta. Na prática, o projeto driblará a Lei Complementar 177/2021, que proíbe contingenciamento de valores do fundo, abrindo uma porta para redirecionar recursos para outros gastos.

Durante a sessão, o relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO), defendeu que o projeto não traria "nenhum prejuízo" e admitiu que a ideia era usar o dinheiro para a conclusão de obras paradas. "Então, esse projeto vai fazer com que milhares de obras possam ser reconstruídas e construídas para o desenvolvimento desse país. Isso ali só

as obras paradas do Brasil, 28 mil obras paradas no Brasil. O Brasil precisa de serenidade".

Para o orçamento de 2022, o governo já havia travado R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 4,5 bilhões de recursos não reembolsáveis do FNDCT. Se a matéria fosse aprovada sem alterações, iniciativas como o apoio ao desenvolvimento de defensivos agrícolas sustentáveis e a realização dos ensaios clínicos de fase III de vacinas contra o SARS-CoV-2 desenhadas no Brasil poderiam ficar desprovidas de recursos para sua devida execução.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) comemorou o resultado. "Esta decisão mostra que o Congresso Nacional está sensível à importância dos investimentos em projetos de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico e social do país", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

"O projeto colocava em risco a destinação de recursos para a ciência não só em 2022, como para os próximos anos. Investir em inovação não é uma opção, é obrigação para os países desenvolverem suas economias e serem competitivos", completou o presidente da CNI.

O destaque uniu PT, PSDB e o deputado Kim Kataguiri (União-SP). "Não há como um país sair de uma crise sem investir em produtividade, sem investir em conhecimento. A gente vai eternamente ser exportador de commodity e importador de produtos industrializados se a gente não investir no conhecimento. A gente nunca estará entre os países mais desenvolvidos do mundo enquanto a gente não levar a ciência a sério", afirmou o deputado do União Brasil. (VI e RT)

Congresso Instabilidades no sistema de votação remoto suspende sessão, remarcada para hoje

Câmara aprova PEC das bondades, mas adia emendas

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem por 393 votos a 14 o texto-base da proposta de emenda constitucional (PEC) das bondades, também conhecida como PEC kamikaze, mas precisou adiar a votação das emendas da oposição por instabilidades no sistema. Numa manobra, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidiu suspender (e não encerrar) a sessão e comunicou-a na manhã de hoje.

A suspensão por 12 horas foi considerada ilegal pelos deputados de oposição. "O regimento só permite suspender por uma hora a sessão", disse o líder do Novo, deputado Tiago Mironi (MG). "Isso é ilegal, presidente", protestou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Lira respondeu que tratava-se de situação excepcional. "Agora temos que proteger o funcionamento do Parlamento. Não estamos tratando de coisa normal. A decisão será de suspensão dessa sessão, por motivo já explicado e debatido", disse.

Ao suspender a sessão, não encerra-la, Lira pretende manter o painel de presença para hoje. Há meses, a regra na Câmara é de que os deputados podem votar pelo celular de qualquer lugar, desde que registrem presença

pessoalmente no Congresso. Parte deles registrou presença e já viajou ontem, por isso, não poderia mais votar hoje em condições normais. O painel registrava 467 deputados ontem, mas, ao tentar votar o primeiro requerimento, Lira já foi avisado por governistas que perderia e adiou a sessão.

A PEC aumenta o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, cria dois auxílios — um para caminhoneiros autônomos de R\$ 1 mil e outro para taxistas, num valor global de até R\$ 2 bilhões —, dobra o vale-gás e passa R\$ 25 bilhões para custeio da gratuidade do transporte público para idosos e R\$ 500 milhões para agricultura familiar, tudo até dezembro.

Essas ações custarão aos cofres públicos R\$ 41,25 bilhões, quantia que ficará fora do teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo federal acima da inflação). Para contornar a lei eleitoral, que proíbe a criação de benefícios este ano, os senadores alegaram que há um "estado de emergência" por causa da alta dos combustíveis.

É justamente esse estado de emergência o principal embate no plenário. Os partidos de oposição são contra isso, dizendo que permitia ao presidente Jair Bolsonaro (PL) adotar outras medidas além das dispostas na PEC, e fizeram requerimentos para sus-

primir esses pontos. Nessas votações, o governo precisa do apoio de 308 dos 513 deputados para manter o texto inalterado. A suspensão, dizem, tiraria o respaldo jurídico para ignorar a lei eleitoral e a legislação fiscal.

O PT pediu para excluir esse ponto. "Quero lembrar que a PEC do Calote, que os senhores e as senhoras votaram, rompeu com o teto de gastos, rompeu com a regra de ouro, mas não decretou estado de emergência. Agora essa Casa está dando ao governo golpista, que não tem apreço à democracia, um cheque em branco e não sabemos o que ele vai fazer com isso", disse o líder do partido, Reginaldo Lopes (MG). O deputado Christiano Auro (PP-RR) rebateu que a oposição "falava com a verdade". "O estado de emergência é circunscrito ao texto da PEC que não aprovamos em primeiro turno com uma esmagadora maioria e legitimando".



Lira: avisado de que não havia como ver aprovadas as emendas, presidente da Câmara decidiu suspender sessão

rentes. Ele cobrou uma investigação minuciosa da Polícia Federal e lembrou que é a terceira votação polêmica em que isso ocorre. Apesar do adiamento das emendas, o texto principal da PEC, com a criação dos benefícios, foi aprovado quase que por unanimidade. A oposição criticou o "caráter eleitoral", mas não quis se posicionar contra os eleitores às vésperas do início das campanhas. Já os governistas rebarataram que há uma crise inflacionária causada pela guerra da Ucrânia. "Não podemos penalizar os mais pobres só porque é ano eleitoral", disse o deputado Neucimar Fraga (PP-ES).

O Novo foi o único partido a votar contra todo o projeto, mesmo sendo a criação dos benefícios, e foi acompanhado por alguns poucos deputados mais ligados à agenda da responsabilidade fiscal do país. Para a deputada Adriana Ventura (Novo-SP), a proposta é uma "irresponsabilidade". É uma PEC populista, eleitoralista. É a despolpa de ajudar os pobres é um pretexto nojento porque os pobres é que vão pagar essa conta", disse.

União faz contraproposta sobre o ICMS a governadores

Luiza Martins
De Brasília

O governo federal negou mais uma vez o acordo sugerido pelos Estados e pelo Distrito Federal (DF) em torno do ICMS sobre os combustíveis, mas apresentou uma contraproposta. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve abrir prazo para os governadores se manifestarem a respeito.

A Advocacia-Geral da União (AGU) aponta que a tributação do diesel — e não de todos os combustíveis — segundo média móvel dos últimos 60 meses, conforme queriam os governadores, "prejudica a redução da inflação neste ano". Em relação à tributação pela alíquota modal dos serviços de energia, telecomunicações, transporte coletivo e gás natural, a AGU rejeitou a possibilidade de que o modelo entre em vigor apenas em 2024. Também não

aceitou suspender a tributação da gasolina pela alíquota modal até o julgamento final da ação.

Para o ministro-chefe da AGU, Bruno Bianco, o sistema fiscal dos Estados e do DF "permite a redução das alíquotas de ICMS de alguns produtos já em 2022".

A contraproposta do governo federal é elaborar um plano de monitoramento que vigoraria até março de 2023. Segundo esse projeto, os entes que registram "insuficiência relevante de arrecadação e possível fragilização das finanças públicas" terão suas situações reportadas ao Congresso Nacional.

Desse modo, diz a AGU, caberá ao Poder Legislativo deliberar sobre esses casos, "afastando-se, de qualquer modo, a possibilidade de compensações adicionais pela União". Em relação aos entes que mantiverem a consistência de suas arrecadações, "não caberá qualquer tipo de modulação ou compensação de parte a parte".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP